DEMOCRACIAS — GRANDEZAS E MISÉRIAS

BENJAMIM AGUIAR DE MEDEIROS

Em certas épocas da história, algumas palavras parecem entrar em ressonância com profundos anseios do homem e adquirir um estado que se poderia chamar de *alta energia.* Abrasam os homens, povos inteiros. Agigantam-se, perdem as ligações com suas origens. Por elas, torturam-se e matam-se homens, sem que se pare para pensar, para restituir-lhes as dimensões próprias, para reancorá-las às origens, para exorcizá-las da demoníaca energia que nelas se alojou.

Assim foi com a palavra *democracia,* nos anos 40, quando os discursos de Churchill e Roosevelt elevaram-na ao cume da curva de ressonância e imprimiram-lhe energia comparável à dos megatons de TNT necessários para derrubar Hitler e sua horda. Ainda hoje, esta palavra, se bem que algo arrefecida e desgastada, ainda tem tremendo potencial energético e impulsiona grande parte da atividade política do mundo. Mal compreendida, raramente analisada, está na boca de todos, de esquerda, centro e direita, servindo, por vezes, de escudo e cobertura a ações as mais antidemocráticas e tirânicas. A real ou imaginária, total ou parcial ausência de democracia numa sociedade passou a ser o seu maior opróbrio diante do mundo. Não pouco tem sido o Brasil vilipendiado, nos últimos anos, pelo seu relativo afastamento daquilo que se considera a vida clássica da plena democracia liberal, por pessoas e instituições que, visivelmente, estão sob a hipnose da palavra *democracia,* tendo há muito esquecido sua ausência e suas limitações.

O que é, afinal, a democracia? Merece ela esse imenso crédito, essa imensa reverência?

No consenso geral, é o governo do povo, pelo povo e para o povo, através de representantes por ele escolhidos. Sistema pelo qual o povo é governado, segundo os modelos político e econômico de sua preferência, por homens que respeita e em quem confia. A fórmula, simples, espontânea, que dá aos grupos humanos o comando de seu próprio destino, que obsta a tomada do poder por homens divorciados do interesse comum, incompatíveis com as aspirações populares. Eleições livres e periódicas. Os eleitos que se revelam indignos da escolha podem ser removidos,

substituídos. Sem armas, sem sangue, apenas papeizinhos depositados em caixinhas invioláveis, por mãozinhas não-identificadas, imunes, assim, às represálias dos caídos.

O processo capaz de se autocorrigir, através do mecanismo cibernético da aprendizagem pelo observado, vivido e sofrido em cada ciclo. O processo que deveria beneficiar-se da propriedade calmante e depuradora dos grandes números, que o escudaria da influência das idéias extremadas, afastadas da média geral. O sistema em que a minoria governada tem a sua voz nas resoluções, o seu poder de crítica, a sua chance de vir a ser maioria governante.

O sistema que tem tudo para funcionar bem e fazer a todos felizes; que, pela sua lógica natural e simples, e pela sua inerente justiça, deveria originar sucessões de governos submissos à vontade do povo, chegando carregados de programas do mais genuíno interesse coletivo e partindo mansamente, carregados da gratidão de todos.

Mas não é assim. A democracia, por alguns motivos derivados de sua própria essência e por outros derivados da natureza do homem, físico, individualizado, tal como é, funciona passavelmente bem em alguns países, precariamente na maioria, mal ou de todo não funciona em muitos outros. Não é o sistema natural na maioria dos países. Seu bom funcionamento é, antes, a exceção.

Mesmo naqueles países em que, no consenso geral, funciona passavelmente bem, esse *bem* não resiste a um exame exigente. O jogo democrático é restrito a pequenos círculos, eivado de falsificações, limitações etc., que prejudicam sua natureza e espontaneidade.

Existia, realmente, a democracia, como delineada, na época em que era defendida a ferro e fogo contra a fúria nazista? Existia na terra de Roosevelt, onde o racismo e a exclusão dos negros do eleitorado, num período em que lutavam pela América nos campos de batalha da Europa, eram feições da cena americana? E no império britânico de Churchill? Talvez existisse no restrito círculo do *chá das cinco* das ilhas britânicas... Mas, e nos imensos domínios, colônias e protetorados, onde a regra geral era o mando britânico e a submissão dos nativos?

A democracia tem inegáveis méritos e é razoável admitir-se que, para as condições que prevalecem em muitas regiões da Terra, é o melhor sistema de governo já imaginado pelo homem. Mas isto não quer dizer que seja *full-proof*, que, necessariamente, proporcione a cada povo o melhor governo em cada época, nem que suas virtudes sejam tanto maiores quanto maior for a liberdade e a universalidade do sistema. A democracia, como todos os fenômenos, tem a sua zona de funcionamento ótimo. No Brasil a experiência tem demonstrado que esta zona não se situa no extremo da curva, na região da máxima liberalidade e universalidade. Não é antidemocrático reconhecer isto. Antidemocrática é a aplicação irrefletida e imesurada dos princípios democráticos, é o fanatismo cego à palavra, não mais do que à palavra *democracia* e, no desnorteamento desta cegueira, a condução do país a situações de desordem, miséria e

desesperança, causadoras de sofrimentos a todos, ricos e pobres, poderosos e humildes.

Não devem os brasileiros impressionar-se com as ásperas acusações que vêm de fora. Devem, sim, pensar criticamente na democracia, compreendê-la a fundo, despi-la das mil demãos de tinta cor-de-rosa sobrepostas pela demagogia universal, para que apareça como é, e, tendo-a conhecido, usá-la, não como uma fórmula miraculosa, mas pensada e medidamente, até que algo melhor seja inventado pelos homens.

Quais, então, as causas de um sistema, à primeira vista tão perfeito, funcionar tão imperfeitamente?

A dificuldade começa com a semântica. Democracia, povo, governo pelo povo, soberania do povo. As palavras democracia e povo se interpenetram. O povo é a origem, o meio e o fim da democracia. Mas o que é povo? Sabemos que é um *universal*, um coletivo, que só tem existência no mundo real na medida em que se realiza em cada homem concreto, individualizado. E são os homens suscetíveis de ser abrangidos por um coletivo, como os carneiros ou os peixes? O homem tem, além da existência material, a existência espiritual. Na sua existência material exibe, como qualquer espécie animal, um grau de homogeneidade elevado, suficiente para justificar um coletivo. No aspecto espiritual, porém, sua heterogeneidade é imensa e extravasa qualquer coletivo em que se o queira conter. Não há dois homens iguais. Seus pensamentos, seus conhecimentos, suas ambições, sua fé, variam infinitamente, transcendem o universo, chegam aos pés de Deus. O coletivo *povo* não é, assim, um coletivo como *rebanho* ou *cardume*. É um coletivo defectivo, truncado, que só parcialmente pode abrigar os indivíduos que o constituem; que só se realiza na medida em que se refere àquilo em que o homem se assemelha aos carneiros e aos peixes, isto é, à existência material. É coletivo quando se refere ao número de indivíduos, à localização geográfica, à fome de um grupamento humano. É ainda coletivo, quando se refere a aspectos imateriais comuns dos grupamentos humanos governados pela razão particular (instintiva), resultantes da luta pela sobrevivência, das condições do *habitat*, da necessidade da existência em grupo, das experiências passadas, como os costumes de paz e de guerra, a língua, a cultura como experiência acumulada, a história etc. Mas quando se tenta ir mais longe e compreender na palavra *povo* os aspectos mais intelectuais e livres do homem, aqueles que realmente o caracterizam, nota-se que é impossível. Topa-se com um conflito entre a *compreensão* e a *extensão* do conceito de *povo*, em que a singularidade se rebela contra o coletivo, recusa-se a fazer parte dele. Que coletivo, aliás, poderia designar um grupamento de seres singulares? Não é isso contra a essência do coletivo? Quando se fala então em vontade do povo, anseios populares, felicidade do povo e finalmente *governo do povo, pelo povo e para o povo* estão-se lançando ao ar expressões que não fecham, que têm insuficiência estrutural, que pecam contra o primeiro dos primeiros princípios, o da não-contradição.

Esta insuficiência da palavra *povo*, congênita, irremediável, projeta-se em toda a sua extensão sobre a *democracia* e faz desta a Grande Promessa, jamais cumprida, incumprível.

Essas considerações em torno de uma palavra e as ilações tiradas podem parecer distantes da realidade, sem nada ter a ver com as tentativas de democracia praticadas pelos homens de carne e osso que por aí andam. Mas não é assim. No momento em que a democracia começa a coalescer as idéias teóricas para a realização prática, começa a emergir o conflito interno da palavra *povo*. Começam a se delinear as diferenças e as divergências entre os homens, primeiro nas diversas idéias sobre como deve ser conduzida a sociedade, depois na divisão e aglomeração dos homens em torno das idéias, ou seja, na formação dos partidos. Em seguida, no duelo entre as múltiplas personalidades que se propõem implementar as idéias, ou "programas", de cada partido[1] e assim por diante. Torna-se logo visível que a democracia não é nem pode ser um sistema inerentemente justo. Há, sempre, nos processos de escolha de idéias e de homens, isto é, nas eleições, ganhadores e perdedores, e estes últimos, que podem constituir grande parte de uma população, não serão governados segundo o programa de sua escolha, pelos homens em que confiam e que respeitam. Pode-se dizer, pois, que a democracia é o governo da minoria pela maioria e, em muitos casos de pluralidade de partidos, como no Chile de Allende, o governo da maioria pela minoria. É a satisfação de uns à custa da insatisfação de outros. É, freqüentemente, a vitória da quantidade sobre a qualidade. Há, assim, uma dose de injustiça inevitável, *essencial*, na democracia. Uma parte da população será sempre injustiçada. Não se estenderá a ela a dádiva máxima da democracia: o governo por aqueles que julga capazes de conduzir o país segundo suas próprias convicções, de realizar as suas aspirações. A injustiça que daí deriva tem gradações. Se a população é razoavelmente homogênea em sua cultura e em suas aspirações, os sucessivos governos extraídos desse modo em pouco diferirão. Discordarão em detalhes de política fiscal ou trabalhista, de assistência social e outras questões *leves* no sentido sociopolítico. É o caso dos democratas e republicanos nos EUA. Os perdedores não ficarão exasperados ou oprimidos. Poderão esperar sem grandes rancores e sofrimentos *a sua vez* "abanando-se com a *Revista do Rádio*", como diria Nelson Rodrigues. É também o caso da Inglaterra. A nacionalização das indústrias pelos trabalhistas, nesse país, constituiu uma violentação das convicções dos conservadores, que vieram depois a governar e que tiveram de conformar-se com a nacionalização, pois não seria possível uma reviravolta a cada mudança de governo. Todavia, o caso dos EUA não é grave, nem o da Inglaterra é ainda de desastre.

Mas, geralmente, não é assim. Se os diferenciais de cultura e aspirações são grandes, situações de aguda injustiça, de exasperação profunda

[1] Ford e Reagan, ambos republicanos nos EUA. Giscard *versus* Chaban, ambos gaullistas, na França *post*-Pompidou.

e de deprimente opressão podem resultar. Em países com predominância de eleitorado de baixo nível cultural, desinformado e indefeso contra a demagogia, exposto a influências políticas extremadas, a situação pode ser desastrosa. No Brasil sentimo-la na carne, dolorosamente, alguns anos atrás. O espetáculo do desmoronamento da autoridade e da ordem, da agitação caótica, o amargor da paralisação e do retrocesso, a humilhação da opressão pelo primarismo e pela ignorância. Mais ainda sofreram os chilenos.

O mais belo prato da democracia nunca é, assim, servido a todos. Em cada ciclo, uma parte do povo "come da banda podre". É possível, em teoria, a alternância de partidos no governo, mas isso, na prática, nem sempre se realiza e, se se realizasse, não eliminaria a injustiça *essencial* da democracia, apenas alternaria os injustiçados.

Se a curva da justiça, referida ao tempo, fosse traçada, teria o aspecto, provavelmente, de uma senóide, com lobos um tanto irregulares e a soma algébrica da justiça, ao fim de algum tempo, seria possivelmente zero.

As misérias até aqui enumeradas são da *essência* da democracia. São, assim, inevitáveis, exceto no caso totalmente improvável da unanimidade na escolha dos governos. A elas, somam-se as falhas não-estruturais, não-aparentes no modelo teórico, mas tão inevitáveis e persistentes quanto as primeiras. Resultam da impossibilidade prática da realização do modelo teórico, devido às limitações dos processos humanos e às falhas do próprio homem.

Programas há, bons e maus, para o gosto de cada cidadão. Pela predominância de uns ou de outros, já a sociedade se divide em satisfeitos e insatisfeitos. Contudo, a longa experiência tem mostrado em todo o mundo que bons programas não bastam. Tão ou mais importantes que eles são os homens que os vão interpretar e fazer cumprir. Como aparecem, então, esses homens que chamamos de *representantes e governantes do povo* e que deveriam ser, como sugere a idéia de democracia, da genuína escolha do povo? É realmente o *povo* que os escolhe? Não! A *emergência* dos candidatos a representantes e governantes é um processo obscuro e imprevisível. Resulta da convergência aleatória de impulsos e ambições pessoais do candidato, de simpatias e de idiossincrasias, de conchavos nos recessos inacessíveis dos partidos, de potencialidades de retribuição, de poderio econômico. De todo esse processo, só uma coisa pode ser dita com segurança: o *povo* pouca ou nenhuma participação tem nele. A certa altura desse processo o *povo* é confrontado com os candidatos, muitos dos quais, não raro, notórios pela falta de qualificações e pela carência de integridade moral. Mas lá estão, e só neles o *povo* pode votar. Enquanto, conhecidos de todos, andam pelas ruas da comunidade à margem do processo democrático, inacessíveis ao voto, cidadãos mais dignos e capazes de representá-lo e governá-lo.

Sobrevém, então, a situação tão conhecida por nós brasileiros: votar *no menos mau*, no que "rouba mas faz", votar em branco ou no Cacareco. Como num concurso para *misses*. As candidatas lá estão, algumas com

falta, outras com excesso de polegadas, pernas arqueadas, celulite etc., mas só nelas se pode votar, embora a filha do vizinho seja um tipo físico perfeito.

Os insatisfeitos de nossa época parecem não se dar conta dessas realidades. Caberia perguntar-lhes: em que tempo houve no Brasil eleições *diretas*, pelo *povo*, para presidente da República?

É possível, numa sociedade de dimensão maior do que a tribal, a escolha *genuinamente direta* dos representantes e governantes? Em qualquer sociedade maior que uma tribo, em algum ponto do processo, tem de haver delegação e, a partir do momento em que surgem os partidos e os "cabos eleitorais", desaparece a escolha direta.

Uma vez lançados os candidatos, a imprensa do papel e do elétron que, como dizia Spiro Agnew, não foi eleita, nem tem delegação de poderes, faz dos candidatos e do povo o que quer.[2] E, dentro da imprensa, as tendências são, novamente, de origem obscura, não necessariamente orientadas para o bem comum. Resultam muitas vezes de preferências dos proprietários dos *media*, de interesses econômicos, de tradições de oposição ou situacionismo, e outras causas que pouco têm a ver com o interesse do *povo*. Ao sabor dessas forças e de torrentes de dinheiro, *imagens* são construídas e destruídas, candidatos capazes aniquilados, candidatos inaceitáveis conduzidos às portas do poder. Mas não terminam aí os problemas. Outros, tão grandes ou maiores, que resultam não mais da ontologia da democracia ou dos métodos de praticá-la, mas das condições do nosso tempo, existem.

A democracia, que ainda hoje tentamos praticar, vem dos tempos da velha Grécia. Tempos em que os problemas de uma nação eram os de uma aldeia de hoje, onde os diferenciais de educação eram mínimos, onde, para a resolução dos problemas das comunidades, todos os cidadãos podiam opinar,[3] não sendo para isso necessário muito mais do que bom senso e coragem.

Passaram-se mais de dois milênios. A democracia que objetivamos ainda é a mesma na sua *essência*, tal como descrita no início deste artigo. E os problemas?

No tempo da Grécia antiga, menos de 100 milhões de homens habitavam a Terra, muitos em comunidades isoladas e longínquas. Os indivíduos das populações politicamente organizadas (estados) contavam-se em números de cinco ou seis dígitos. O homem vivia no que se poderia chamar de *escala do homem*; suas distâncias expressas em passos, as alturas em

[2] Em recente inquérito promovido pela revista *U.S. News & World Report* (edição de 22.4.1974), nos EUA, alinharam-se na seguinte ordem decrescente as 18 instituições de maior influência sobre a vida americana: 1. Televisão. 2. Casa Branca. 3. Corte Suprema. 4. Imprensa. 5. Sindicatos, indústria e Senado (empatados). 6. Burocracia governamental e Câmara dos Representantes (empatados). 7. Instituições financeiras. 8. Magazines. 9. Educandários. 10. Rádio. 11. Partido Democrático. 12. Agências de publicidade. 13. Gabinete do Presidente. 14. Partido Republicano. 15. Religião.

[3] Se bem que o voto fosse privilégio das elites e se praticasse a escravidão.

braças, os pesos em grãos ou pedras. O *próximo* estava ao alcance do gesto e da voz e não nos antípodas ou na Lua. O *povo* era ainda constituído por indivíduos de certo grau de similaridade. Os utensílios mais avançados eram o arco e a flecha.

O mundo de hoje transporta pelo espaço 4 bilhões de homens. Trinta e três habitantes por quilômetro quadrado de terra habitável ou não.[4] Solo empobrecido, recursos minerais e fontes de energia conhecidos caminhando para a extinção, recursos vegetais e animais em rápido declínio. Um mundo com problemas para a resolução dos quais o bom senso, a força e a coragem, se bem que ainda preciosos, já não bastam; em que os melhores e mais educados cérebros e os mais sofisticados engenhos são necessários para conduzir e suprir as sociedades humanas. Sem que se tenha que subscrever o elitismo de tantas doutrinas políticas, não há como negar que, no que tange ao governo dos povos, esta é, ou pelo menos deveria ser, a época da *competência*, competência no sentido global, multidirecional do conhecimento humanístico, do conhecimento técnico, da agilidade mental, da flexibilidade, da temperança, da paciência.

Existe algo no processo democrático, mesmo nos países *jóia* do mundo, que leve em conta esse *ululante* requisito, cuja inobservância é causa suficiente e certa para o desastre social?

Não. Num tempo em que, mesmo num país do terceiro mundo, como é o Brasil considerado por muitos, não se cava uma fundação sem um estudo de viabilidade e um projeto, onde se formam anualmente ondas de engenheiros, economistas, administradores de empresas, onde especialistas são chamados cada vez mais a dirigir as pequenas e grandes empresas e os órgãos apolíticos do governo, nada é *exigido explicitamente* dos representantes e governantes. A corrida é livre. Boa conversa, ambição, habilidade política, tinturas de conhecimentos são, em grande número de vezes, suficientes. Cidades, municípios, estados, maiores e mais complexos que as mais vastas empresas ou instituições, são confiados a homens sem nenhum preparo específico para administração ou planejamento. O bem-estar físico e moral, os bens, a vida, enfim, de populações inteiras em mãos sem qualificações.

E, novamente, aparece a questão: numa população homogênea, de elevado nível cultural, boa probabilidade de escolha de homens competentes; numa população heterogênea, de alto grau de diferenciação cultural, baixa probabilidade de boa escolha. Sucesso ou insucesso: questão de sorte. Situação intolerável, mesmo numa pequena empresa dos tempos de hoje.

É costume dizer-se, como excusa para a falta de habilitações dos homens para os cargos, que tais e tais cargos são *políticos*. Por quê? Para favorecer o jogo de favores e retribuições? Essa idéia, que é *self-serving* na boca de muitos que a externam, repugna à razão, e, quando substanciada pelo ocupante do cargo, é sinal certo de dano à sociedade.

[4] Excluída a Antártida.

Os problemas não param aí. Outros poderiam ser lembrados. Isto, porém, tornaria a leitura deste ensaio extenuante ou impossível.

Desnudada, assim, pelo menos parcialmente, a democracia, expostas suas grandezas e misérias, onde ficamos? Que alternativas restam ao homem? A monarquia, a ditadura totalitária? O poder hereditário, o poder à revelia do povo, ambos atemorizantes, ainda que capazes de, eventualmente, gerar bons governos; riscos de males imprevisíveis quer na duração quer na intensidade, inaceitáveis para a maioria dos países impregnados do racionalismo ocidental.

Incrivelmente, o homem que descobriu os neutrinos, o DNA, os computadores e que agora tira *close-ups* de Mercúrio e de Júpiter ainda não se decidiu a aplicar as suas maravilhosas faculdades e todo o seu conhecimento à descoberta de uma quarta alternativa. Como parece ser seu destino, vê-se reduzido, como nas eleições, a escolher a solução menos má: a democracia. Tomando esse mecanismo político de uso universal, defeituoso de nascença, cheio de alavancas ajustáveis e de opções, só lhe resta ajustá-lo à comunidade em que vive, ao seu estado de diferenciação cultural e econômica, ao seu grau de imunidade contra o deslisamento para outras formas piores de governo, aos grandes objetivos visados.

No Brasil, depois de experimentarmos ajustes os mais variados, de olhos voltados mais para as condições de outros povos do que para as nossas próprias, tivemos a fortuna de encontrar um que nos tem servido razoavelmente bem. Leva em conta os nossos enormes desníveis culturais e econômicos, étnicos e regionais. Reconhece o fato de que sobre um terreno tão irregular não é possível fazer caminhar um mecanismo de equilíbrio tão delicado quanto uma democracia altamente liberal. Tem gerado condições para a ordem e o trabalho produtivo de cada dia, que são ingredientes básicos da justiça e do bem comum. Tem posto no governo homens que, em termos de aptidões, nossa antiga e desajustada democracia liberal jamais conseguira pôr.

Tem sido alvo das mais cruéis acusações, mas, na verdade, do que nos acusam é de não praticarmos a democracia como nos Estados Unidos, França, Inglaterra ou, até, na Rússia. Há insatisfeitos e injustiçados, mas, enquanto praticarmos qualquer das formas de governo conhecidas, estes existirão. É o preço que o homem paga pela sua unicidade, por sua proximidade aos anjos. Sabedores disto não seremos tão infelizes como se acreditássemos na existência de uma forma de democracia justa e perfeita, que forças tirânicas não nos permitissem praticar.